

CONVENÇÃO SOBRE O FUTURO DA EUROPA

Sessão Plenária de 24-25/04/03

PERTENÇA À UNIÃO

Intervenção do Representante Suplente do Governo Português,
Manuel Lobo Antunes

Apresentámos ao articulado incluído neste Título várias propostas de alteração. Gostaria agora de me referir apenas a duas delas:

1. A primeira diz respeito ao artigo 45 que prevê a suspensão dos direitos de pertença à União. Considerámos, aquando do debate sobre o artigo 2, que a expressão “valores” deveria ser substituída por “princípios”. Com efeito, parece-nos que “liberdade”, “democracia”, “Estado de Direito”, não são simplesmente “valores” mas antes verdadeiros princípios legais que, como tal, são juridicamente vinculativos. Obrigam os destinatários a um comportamento preciso. É por isso que o não cumprimento dessa obrigação produzirá efeitos jurídicos concretos. No caso vertente, determinará, se for caso disso, a suspensão de direitos de pertença à União. Aliás, o actual Tratado da União Europeia, designadamente o seu artigo 7º, refere-se expressamente a “princípios” e não vemos motivos para alterar a sua redacção neste ponto.

Por outro lado, gostaríamos de ver mantida uma referência expressa à possibilidade do Conselho consultar personalidades independentes aquando da análise do risco de uma violação séria dos princípios estabelecidos no artigo 2 por algum dos Estados Membros. Essa possibilidade foi consagrada no tratado de Nice e é a translação para o plano normativo de uma solução que provou bem no passado. Essas personalidades, a nosso ver, estarão nas melhores condições para a formulação de um juízo de natureza e consequências essencialmente políticas. Não basta assim dizer que essa solução ficaria implícita no novo artigo porque o implícito é meramente eventual.

2. Quanto à cláusula de saída voluntária da União, suscita-nos interrogações jurídicas e políticas. Relativamente às primeiras, ninguém põe em causa, agora ou no futuro, o direito de um Estado Membro, enquanto entidade soberana, de se retirar da União. E tendo esta na sua base um tratado internacional, existe já um instrumento jurídico também internacional – a Convenção de Viena - que regula essa situação. Aliás, o texto do previsto artigo 46 baseia-se em parte nesse instrumento. Ou seja, do ponto de vista jurídico não nos parece que este artigo traga alguma vantagem adicional. Ao contrário, pode abrir a porta a algum grau de incerteza ou dúvida jurídica.

No plano político, julgamos que a União poderá sair enfraquecida. Não é por acaso que os anteriores Tratados não previram a inclusão de um tal artigo. Se o fizermos agora, será a própria vocação integradora da União que poderá ser posta em causa. O compromisso para a construção de uma União cada vez mais estreita, passará a ser uma hipótese, uma simples possibilidade. Algo em que poderemos estar nos momentos bons, mas que poderemos abandonar nos tempos difíceis. Prevalecerá sobretudo uma perspectiva de uma União utilitária e eventualmente submetida aos egoísmos nacionais. Supomos, por isso, que a eventual introdução deste artigo no novo tratado deverá ser especialmente ponderada.